



Revista Symposium

# “DESEMPREGO: QUESTÃO TÉCNICA OU QUESTÃO ÉTICA ?”

*Elementos para um debate  
com os universitários*

Dom Demétrio Valentini

**Resumo:** Nesta abordagem, o autor procurou situar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, descreveu a “financeirização do capitalismo” e apontou algumas razões para a crise do desemprego. Foi mais além, indicando pistas para a superação da atual crise. Com uma linguagem objetiva, direciona a discussão de questões aparentemente econômicas para o campo político e ético.

**Palavras-chave:** desemprego, capitalismo, política e ética.

**Abstract:** In this approach, the author has tried to pinpoint changes that have happened in the area of employment. For instance, he has described the “financing of capitalism” and pointed out some reasons for the unemployment crisis. Going beyond this, he has indicated ways to overcome the present crisis. Using objective language, he leads the discussion from apparently economic questions to the political and ethical fields.

**Key words:** Unemployment, capitalism, politics, ethics.

## 1 - Colocação do problema

Aceitei estar presente a este debate sobre o desemprego, a convite do Professor Alcivam Paulo de Oliveira. Estivemos juntos na CNBB quando da preparação da Campanha da Fraternidade deste ano, que colocou para toda a sociedade a complexa questão do desemprego. Constato, com satisfação, que este debate é proposto hoje, aqui, na Universidade, para professores e alunos.

Começo cumprimentando a Universidade por esta iniciativa. Pois é, no interesse pelas questões sociais que a universidade encontra sua razão de ser, a sua motivação mais estimuladora, e o seu caminho de inserção na sociedade.

Dentre todas as questões sociais que hoje se apresentam, o desemprego se constitui no desafio maior e na interpelação mais contundente ao atual sistema econômico. A passagem do século e do milênio acontece sob o signo do desemprego crescente, como sinal de alerta para profundas mudanças que precisarão ser feitas com urgência.

Vamos, primeiro, situar a questão do desemprego. Ela se coloca por contraste diante da questão do trabalho.

A doutrina social da Igreja dedicou toda uma encíclica sobre o Trabalho - a *Laborem Exercens*, de João Paulo II, nos inícios da década de oitenta. Foi nessa encíclica que se cunhou a sentença que se tornou emblemática para ressaltar a importância do trabalho: “O trabalho é a chave da questão social”.

Pois bem, agora precisamos re-situar esta centralidade do trabalho.

Até pouco tempo atrás, antes das últimas transformações acontecidas na economia mundial, vivíamos uma situação que poderia ser chamada de “mundo do trabalho”. A revolução industrial, para tomarmos o início do processo, foi desencadeando uma necessidade crescente de trabalho. Essa necessidade de trabalho pautou os termos da tensão social, existente até pouco tempo atrás, em forma de conflito entre capital e trabalho. Aí sim, tinha um sentido muito preciso a afirmação de que o trabalho era “a chave da questão social”.

Em que medida hoje esta afirmação ainda é válida?

Hoje a falta de trabalho é o sintoma mais evidente, e mais incisivo, do desajuste social, produzido pelo processo histórico que vivemos nos últimos séculos, fruto da convergência entre dois fatores fundamentais: a revolução industrial, e a ideologia liberal, de onde resultou o liberalismo econômico, que se concretizou no capitalismo, e se transmutou agora em neoliberalismo, que gerou o capitalismo financeiro que agora vivemos, e que dita as regras da atual economia mundial.

Vivíamos o “mundo do trabalho”. Vivemos hoje o “mundo do desemprego”, isto é, da falta de trabalho. Que mudanças isso postula, na nossa maneira de pensar a sociedade. Que novos critérios precisamos buscar, para repensar a economia, para que ela tenha finalidade humana, esteja a serviço da vida? Eis a questão.

Para clareza maior em nossas reflexões, que querem colocar a questão do desemprego em termos éticos, isto é, em termos de finalidade humana e destinação social de toda a economia, é importante percebermos a evolução histórica da questão social.

A revolução industrial, acontecida no contexto da ideologia liberal, que gerou o sistema capitalista ocidental, foi produzindo uma necessidade crescente de trabalho, trabalho dependente do capital, que foi tomando sempre mais a forma de emprego, isto é, de trabalho remunerado.

Essa necessidade de trabalho foi desencadeando as transformações sociais e produziu a massa de “proletários”, fazendo surgir as conglomerações humanas que tomaram a forma das atuais cidades.

No contexto da necessidade do trabalho assalariado, era até compreensível que o emprego se tornasse o critério básico de participação nos frutos da economia. Se a economia precisava do emprego, o emprego podia exigir da economia a sua justa remuneração, e se tornar o pilar do sistema de distribuição dos recursos indispensáveis para a satisfação das necessidades vitais da sociedade.

Mas, com isso, começou uma deformação na compreensão do trabalho, da qual precisamos dar conta, e que requer urgência e correção. Para o sistema capitalista, o trabalho que interessava era o que podia ser colocado a seu serviço. O trabalho que valia era só o trabalho “empregado”. E

assim, aos poucos, trabalho passou a ser sinônimo de emprego.

Um dos primeiros postulados da Campanha da Fraternidade, deste ano, é a distinção entre emprego e trabalho. Para que se volte a valorizar o trabalho, não só o emprego. E para que a sociedade se dê conta da necessária correção de rumos, para encontrar mecanismos sociais e legais que garantam a justa participação no sistema econômico de todo o trabalho, não só do trabalho assalariado.

Uma sociedade que tende a prescindir sempre mais do emprego, este não pode continuar como o canal privilegiado de irrigação das necessidades sociais. Para isso é preciso começar por uma mudança de mentalidade. Constata-se, com frequência, ainda hoje, a mentalidade impingida a todos pelo sistema capitalista, que só valoriza o trabalho “empregado”. “Tem trabalho”, por exemplo, a mulher que é contratada para cuidar da creche. Mas “não tem trabalho” a mãe que fica em casa, cuidando dos filhos, e dedicando o dia inteiro a serviço de sua família.

A questão do desemprego coloca a questão maior da destinação social dos bens da economia. E levanta a questão do sentido de todo o sistema que se implantou no mundo atual.

Para flagrar esse sistema e perceber as questões éticas que levanta, procuremos identificar algumas de suas caracterizações mais fundamentais.

Vamos descrever a “financeirização do capitalismo”, que hoje comanda todo o processo econômico; vamos, em seguida, perceber a tentativa de colocar as “novas tecnologias” a serviço da dominação e da exploração; isso nos leva a perceber os “novos projetos de hegemonia mundial”, que explicam os “novos conflitos de dominação” que se travam hoje no mundo. E, dentro disso, vamos situar nossa luta, que precisa continuar, de encontrarmos caminhos de vida, para humanizar a economia, para nos libertar das dominações, para viabilizar uma participação nos bens da natureza e tornar possível uma sociedade capaz de comandar o processo econômico, através de sua organização política, guiada por critérios éticos, para que a economia volte a ser colocada a serviço da vida de todos, e não como instrumento de acúmulo de riquezas às custas da exclusão social crescente.



## 2 - A financeirização do capitalismo

O fato que mais ajuda a entender o que se passa hoje na economia mundial é este: o sistema econômico se transformou agora em “capitalismo financeiro”. São as finanças que comandam. E’ o dinheiro que detém o poder. A economia está submetida aos interesses dos detentores do dinheiro. Quem tem dinheiro faz mais dinheiro, não porque aplica o dinheiro em projetos produtivos, porque investe na especulação financeira, que passou a sugar as melhores energias de todo o sistema econômico.

Agora, a tensão social se deslocou. Não é mais tanto o conflito entre “capital e trabalho”, mas entre “capital produtivo e capital especulativo”. E, com isso, o trabalho ficou mais de escanteio do que antes.

E’ importante dar-nos conta dessa transformação radical do capitalismo, também para situar a nossa luta e perceber quais podem ser os novos parceiros.

No dia primeiro de maio deste ano, os trabalhadores rurais de Jales convidaram um advogado, para explicar bem quais são os direitos dos trabalhadores rurais nas diferentes situações que eles estão acostumados a vivenciar. Com todo o direito, os trabalhadores ainda precisam defender, sim, os seus direitos. Mas acontece que agora se acresce um outro fato fundamental: como ficou o seu direito ao próprio trabalho. Não estavam percebendo que a especulação financeira está inviabilizando os empreendimentos produtivos na agricultura. Pareciam jogadores de futebol discutindo, ardorosamente, as leis do escanteio e do lateral, sem se darem conta de que o time adversário tinha dominado toda a área estratégica do campo. Não há agricultura que agüente a atual exploração dos juros, que recaem não só sobre os financiamentos agrícolas, mas sobre todo o sistema produtivo da agricultura, desde os insumos, até a comercialização. Estou dando só um exemplo de como o capitalismo financeiro está estrangulando o sistema produtivo e inviabilizando a economia, ou exigindo que ela lhe conceda todas as vantagens: todos precisam pagar tributo à especulação financeira que hoje se alastra cada vez mais.

O processo que resultou no atual “capitalismo financeiro” teve alguns lances que agora podem ser identificados com mais evidência:

- na década de 70, aconteceu o fenômeno dos “petrodólares”, com a crise do petróleo. Grandes somas financeiras, depositadas nos bancos ocidentais;

- com grandes recursos financeiros disponíveis, os bancos procuraram clientes a quem emprestar esse dinheiro. E os encontraram, valendo-se com freqüência dos regimes autoritários então na moda, seja na América Latina como na África. Assim, o dinheiro, além de render juros, servia de instrumento ideológico para se contrapor ao socialismo;

- foi assim que se iniciou o processo de endividamento dos países pobres, que só foi agravando-se, e hoje se constitui num outro impasse, que tem tudo a ver com a crise do emprego, pois é pela necessidade de empregar os recursos no financiamento da dívida externa, que não existe mais dinheiro, nem vontade política, nem força nacional, para a aplicação dos recursos em investimentos produtivos. A dívida externa tem tudo a ver com a crise do emprego;

- no início da década de oitenta, aconteceu o golpe desleal e injusto aplicado pelo tesouro americano, de elevar absurdamente os juros sobre os empréstimos concedidos durante a década de setenta. Foi esta elevação dos juros, que de um momento para outro passaram de 5 ou 6% ao ano, para até 21%, que produziu o acúmulo crescente de dívidas, que levou aos sucessivos impasses, e que requereu a renegociação das dívidas no início dos anos 90, que não resolveu o problema, mas, ao contrário, só fez agravar a financeirização da economia mundial, fazendo das dívidas o seu móvel principal, pois hoje não existe melhor negócio para os detentores do dinheiro, acumulado cada vez mais nos grandes bancos, do que aplicá-lo no financiamento da dívida externa dos países pobres. A dívida externa se tornou o melhor negócio para os especuladores. Nada rende mais lucro do que explorar a situação dos países que têm a corda da dívida externa apertando o seu pescoço.

Neste contexto, compreende-se a seqüência das últimas décadas: na década de 70, a crise do petróleo, com o início do endividamento dos

países do terceiro mundo. Em oitenta, a “década perdida”, a interrupção do desenvolvimento, exatamente pela necessidade de aplicar os recursos no pagamento das dívidas. Na década de 90, após a queda do socialismo, e com a renegociação das dívidas, a justificativa ideológica da situação, pela “verdade única” do mercado, a consolidação ideológica do neoliberalismo, que tenta impor como necessária a ordem atual, como se ela fosse fruto inerente ao próprio processo econômico, erigido como norma suprema de toda a organização social.

Essa visão neoliberal produz um estreitamento perverso da compreensão da realidade, levando a um reducionismo que deforma e perverte as finalidades, e contra o qual precisamos insurgir-nos. Segundo essa visão deformada, política é só economia, economia é finança, finança é mercado, e mercado é especulação. Segundo essa visão, o ministro mais importante de um governo é o da economia, que tem como incumbência maior fazer as devidas reverências ao mercado, pois, sem obedecer ao mercado, o país é fatalmente penalizado e excluído das graças indispensáveis, que são os recursos financeiros para saldar suas dívidas.

Dessa maneira, o capitalismo financeiro encontrou uma maneira muito mais sutil e civilizada de dominar as nações, produzindo um novo colonialismo, e novas formas de escravidão. Os países vão perdendo sua autonomia, em nome da globalização, os governantes se tornam os novos capatazes da grande “senzala”, incumbidos de submeter toda a economia do país à grande prioridade de saldar os compromissos financeiros, de tal modo que a população inteira é chamada a este compromisso heróico de estar em dia com o sistema financeiro mundial. E, de vez em quando, o governante visita a “casa grande”, ou a “Casa Branca”, para dizer que está realizando bem sua tarefa de casa!

### **3 - A tecnologia a serviço da dominação e da exploração**

Um outro fato, com evidentes repercussões na questão do desemprego, são as novas tecnologias. Quando queremos identificar as causas do desemprego, uma que precisa ser incluída é

certamente esta: a incidência das novas tecnologias no mundo do trabalho, a grande redução da necessidade de mão-de-obra humana, substituída pela eficiência crescente da tecnologia.

Essa realidade precisa ser olhada com discernimento. Em princípio, a tecnologia significa um avanço positivo e representa a conjunção da inteligência humana com as potencialidades da natureza. Tudo depende da finalidade com que é usada a tecnologia, a serviço de que ela é colocada.

De novo, percebemos como a questão ética é imprescindível para o correto direcionamento de todo o agir humano. Sobretudo quando esse agir tem forte incidência na vida das pessoas, como é o caso evidente das novas tecnologias.

A primeira Semana Social, realizada em 1991, por ocasião do centenário da Rerum Novarum, já colocava, com perspicácia, a questão das novas tecnologias e o impacto que elas poderiam ter na questão do trabalho. Seu tema central era exatamente “O mundo do Trabalho - Desafios e perspectivas”.

Todos reconhecem que estamos agora na terceira revolução industrial, caracterizada pela informática, pela robótica, ou outros nomes com que se queira identificá-la. Mas é preciso dar-nos conta de um aspecto importante, para entender como ela está sendo conduzida. Assim como a primeira revolução industrial aconteceu no contexto do liberalismo do século 18, e isso explica muito da maneira como ela aconteceu, do mesmo modo agora a terceira revolução industrial se realiza sob o signo do neoliberalismo. Isso explica por que as novas tecnologias estão sendo usadas para agravar a situação de dependência e de exploração, em vez de serem usadas, como o poderiam, a serviço da erradicação da miséria e para o atendimento de todas as necessidades vitais da humanidade.

O que está acontecendo hoje é a instrumentalização das novas tecnologias a serviço da especulação financeira, da concentração econômica e da dominação política.

O novo colonialismo consiste, hoje, em deter o domínio das novas tecnologias e impedir o seu acesso aos países periféricos e dependentes. Uma das expressões deste colonialismo é a “lei das patentes”. A pretexto de defender e valorizar a



“propriedade intelectual”, pretende-se impedir sua difusão, regular seu uso a serviço da exploração de sua potencialidade e manter a dependência de quem está submetido às novas necessidades que as descobertas vão criando. Precisamos furar esse esquema. Dominar as novas tecnologias, colocá-las ao alcance do povo e, sobretudo, usá-las para finalidades humanas e sociais é certamente uma das estratégias melhores para superar a nova dominação que nos querem impingir. Esse é um desafio que deve ser assumido, de maneira muito especial, pelas universidades que querem colocar-se a serviço da nova realidade que precisa ser construída.

É o capitalismo financeiro que mais está colocando as novas tecnologias a serviço dos seus objetivos. São as novas tecnologias que possibilitam a globalização dos mercados. E’ por aí que se explicam os grandes fluxos financeiros diários, aplicados em grande maioria na especulação. Segundo cálculos de economistas, diariamente são feitas aplicações nos mercados mundiais, na ordem de um trilhão e novecentos bilhões de dólares. Deses, só cinco por cento são efetivamente para pagamento de mercadorias e de serviços. Noventa e cinco por cento são aplicações com finalidade especulativa. As novas tecnologias reforçam o caráter especulativo do capitalismo financeiro.

#### 4 - Novos projetos de hegemonia mundial

Mesmo com breves referências, é importante colocar para a compreensão da realidade que se traduz hoje numa economia com crescente desemprego, os novos projetos de hegemonia mundial. Também isso explica o desemprego que vivemos. E ajuda a compreender por que os Estados Unidos, ao contrário do resto do mundo, estão vivendo um período de crescimento econômico contínuo, já há mais de noventa meses, que permite uma euforia que pode passar por cima tanto dos embaraços do presidente com as “mônicas” da vida, como superar também os escrúpulos dos bombardeios sobre o Iraque e a Iugoslávia.

Esse projeto de nova e única hegemonia americana acabou explicitando-se, numa recente entrevista de um alto assessor da Secretária de Estado,

Madeleine Albright. Disse ele, textualmente: “para que o McDonald’s possa expandir suas lojas no mundo, o McDouglas (fabricante dos aviões de bombardeio) deve ir à frente, abrindo caminho. Os Estados Unidos não devem ter receio de exercer sua supremacia militar para garantir a ordem no mundo”. Que ordem é essa? Aquela do MacDonald, garantida pelos MacDouglas! Isto é, o poderio militar da única superpotência deste final de milênio, para garantir sua supremacia econômica.

#### 5 - Novos conflitos de dominação

Para garantir essa hegemonia, há conflitos em andamento, que tomam diferentes expressões. O conflito das moedas, do dólar contra o euro, por exemplo. A moeda americana, de livre aceitação em todo o mundo, funciona como grande instrumento da expansão econômica dos Estados Unidos. Todos precisam de alguns dólares quando viajam pelo exterior. Com isso, todos estão ajudando a financiar, gratuitamente, sem juros, a economia americana. E’ isso que fez as nações européias se unirem, para também terem uma moeda de aceitação garantida ao menos entre elas.

Outra expressão dos conflitos em andamento são os blocos econômicos. De nossa parte, é evidente a tentativa de inviabilizar o Mercosul, tímida afirmação de autonomia regional e absorvê-lo inexoravelmente pela Alca. Tudo para garantir o comando da economia e colocá-la a serviço de objetivos de dominação e de supremacia.

Se isso é perverso, ao menos nos mostra que a economia não é assim pela força de sua gravidade. Mas é desse jeito porque pensada em vista destes objetivos. Sinal de que ela pode ser pensada e organizada em vista de outros objetivos. Contanto que nos conscientizemos deles, e nos organizemos politicamente em vista de sua consecução. Eis o desafio, para o qual a questão do desemprego, pela sua importância, deve-nos estimular. Essa me parece a finalidade de um debate como este, na universidade, que agora só quero estimular com algumas sugestões, para encontrarmos pistas para a superação do impasse.

## 6 - Pistas de solução

### 6.1. Apropriar-se das novas tecnologias

É urgente democratizar o acesso às novas tecnologias, mas com um novo espírito, com objetivos diferentes: colocá-las a serviço da vida. Há um esforço imenso, que é preciso empreender com urgência e para o qual as universidades se devem sentir convocadas pela sua vocação específica: o de estimular o conhecimento e o domínio das tecnologias, para que o povo as use, com critérios éticos, com o objetivo de humanizar a economia, integrando-a na busca de melhores condições de vida para o conjunto da sociedade.

Nisso se verifica a constatação feita pela encíclica *Centésimus Annus*: muito mais do que seu território, ou a riqueza de suas matérias-primas, hoje a riqueza de uma nação é o saber do seu povo. Cultivar esse saber e popularizá-lo parece-me a missão original da universidade.

### 6.2. Recuperar a capacidade de participação e de organização política do povo.

Outra causa que precisa voltar a ser assumida pela universidade está aí. Ser fermento de organização política e de mobilização da cidadania. Nesse sentido se colocou o esforço empreendido pela CNBB, através do Setor Pastoral Social, de desencadear o processo das Semanas Sociais. Um processo que foi consolidando-se na dinâmica de **Reflexão, Mobilização e Compromisso**. A **Reflexão** para buscar a informação e a compreensão da realidade. Mas uma reflexão que leve para a participação das pessoas pela **Mobilização**, levando a atitudes responsáveis pelo **Compromisso**. A construção de processos democráticos exige continuidade, empenho e seriedade. Fomos desabituaados demais da participação política. E' preciso retomar a iniciativa política da universidade.

### 5.3. Recuperar a construção de um projeto nacional de desenvolvimento integrado.

Faz-se necessário reagir diante do processo de inserção submissa do Brasil no mercado mundial, sacrificando nossa identidade nacional, desnacionalizando nossa economia, diluindo nossa autonomia e preparando o terreno para a aceitação forçada das opções que os outros nos apresentam.

### 5.4. Colocar as finanças a serviço da produção, a serviço de uma economia voltada para o bem comum.

Em meio à avalanche do capitalismo financeiro que estamos vivendo, é difícil reverter o quadro que se apresenta. Mas é possível iniciar um processo inverso, através de iniciativas políticas, marcadas pela atuação da cidadania, para que a destinação dos recursos públicos tenham finalidade de ativação da economia dentro de prioridades sociais. O orçamento participativo é, sem dúvida, um processo promissor de reeducação política do povo, para restituir à política sua indispensável capacidade de conduzir a economia a serviço dos interesses da coletividade.

### 6.5. O resgate das dívidas sociais

Com a proximidade do Jubileu, com sua proposta bíblica de "perdão das dívidas", e com a emergência do problema da Dívida Externa, foi-se consolidando o conceito de "dívida social", para indicar as repercussões concretas na sociedade, que o desvio dos recursos para o pagamento da dívida externa acarreta como consequência. Isso revela como a questão da Dívida Externa não é um problema distante, ou de relacionamento externo do país com os credores internacionais. A dívida externa se concretiza nas "dívidas sociais" que o povo amarga de diferentes maneiras. Pois bem, não adianta esperar passivamente pelo perdão da dívida externa.



É urgente começar a reverter as situações locais através da iniciativa dos próprios cidadãos. Foi outra intuição das Semanas Sociais, ao propor o “resgate das dívidas sociais” como caminho de construção de uma sociedade democrática.

#### **6.6. Recuperar a hierarquia de valores**

Como última consideração, para instigar o debate que desejo suscitar, coloco uma evidência que precisa ser afirmada com convicção e lucidez: diante da “verdade única” do mercado como regulador absoluto de toda a economia, é urgente restituir a

primazia da política sobre a economia e identificar os critérios éticos que conduzam a política tanto para os objetivos que ela deve ter como para a eficácia que ela precisa conseguir.

Uma economia guiada pela política e uma política impregnada de valores éticos. Assim será possível ir traçando os novos parâmetros civilizatórios, que as profundas transformações deste final de milênio estão exigindo. Que o problema do desemprego seja o fato estimulante para nos motivar nesta empreitada, que exige a participação consciente de todos.